Patrimônio familiar chinês e family offices

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Por que as famílias chinesas vêm

A migração do patrimônio chinês para Singapura tem várias causas. A riqueza privada da China cresceu rapidamente depois das reformas das décadas de 1980 e 1990, o que levou seus donos a procurar jurisdições nas quais diversificar. Hong Kong foi a primeira escolha natural, pela proximidade, pela língua e pelo mercado de ações. A partir de cerca de 2019, os protestos em Hong Kong, a Lei de Segurança Nacional de 2020, as restrições da pandemia e as campanhas regulatórias contra empresas de tecnologia e de educação na China levaram muitas famílias a olhar mais longe. Singapura oferecia uma sociedade predominantemente chinesa, em que o mandarim é amplamente falado, estabilidade política, a common law, um setor de private banking sofisticado e incentivos fiscais para family offices.

Um exemplo conhecido é Zhang Yong, fundador da rede de restaurantes de hotpot Haidilao. Tendo se mudado para Singapura com a família em 2018, ele depois se naturalizou. A Forbes havia estimado sua fortuna em US$ 15,8 bilhões em julho de 2021.[1] Outros empreendedores seguiram o mesmo caminho, muitas vezes com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

menos visibilidade, por meio da residência permanente, do Global Investor Programme ou simplesmente da constituição de um family office com um Employment Pass para o titular e para a equipe de investimentos.

O single family office como veículo

O veículo preferido tem sido o single family office com um fundo que se qualifica para os incentivos fiscais das seções 13O e 13U do Income Tax Act. O Capítulo III da Parte E descreve esses regimes em detalhe. O número de single family offices contemplados com esses incentivos passou de cerca de 400 no fim de 2020 para mais de 2.000 no fim de 2024.[2] A MAS não publica uma discriminação por nacionalidade. Em outubro de 2024, o presidente da MAS informou ao Parlamento que muitos family offices incentivados vinham de mercados emergentes e que sua participação havia se mantido relativamente estável.[3] Observadores do setor têm identificado de forma consistente as famílias da China continental como um dos maiores grupos.

As estruturas usadas pelas famílias chinesas tendem a compartilhar certas características. O family office é uma sociedade privada de Singapura, detida por meio de um trust ou de uma estrutura de holding que pode estar em Singapura, nas Ilhas Virgens Britânicas ou nas Ilhas Cayman. O veículo do fundo pode ser uma Variable Capital Company, cujas características o Capítulo IV da Parte E examina. O investimento distribui-se entre ações globais, private equity e imóveis. Muitas famílias mantêm grandes participações em empresas chinesas listadas em Hong Kong ou Nova York, o que concentra seu risco justamente na economia da qual tentam se diversificar.

Trusts e sucessão

As famílias chinesas também usam trusts de Singapura no planejamento sucessório. Um trust permite ao fundador separar a propriedade do controle, prover para várias gerações e manter ações de sociedades operacionais sob um trustee neutro. Para famílias cujo patrimônio tem origem na China, a escolha de um trustee de Singapura reflete também a reputação dos tribunais de Singapura e a experiência de suas sociedades fiduciárias com clientes da Ásia.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

As estruturas de trust enfrentam um novo risco vindo das próprias autoridades fiscais da China. Desde 2024, as autoridades chinesas intensificaram a cobrança do imposto de renda sobre os rendimentos no exterior de residentes ricos, entre eles retornos de investimentos, dividendos e opções de ações, tributáveis a até 20 por cento. Em 2025, a campanha foi estendida aos contribuintes comuns. No mesmo ano, a arrecadação do imposto de renda das pessoas físicas subiu 11,5 por cento, para o recorde de 1,62 trilhão de renminbi. Em 2026, as autoridades voltaram-se para os trusts offshore que detêm ações de empresas listadas em Hong Kong. Um novo imposto sobre trusts offshore entrou em vigor em outubro de 2026.[4] O conteúdo exato das novas regras ainda estava sendo analisado pelos assessores no momento em que este texto foi escrito.

A mudança suscitou questões no Parlamento de Singapura. Numa resposta escrita de 8 de setembro de 2026 sobre o impacto da tributação chinesa dos trusts offshore no setor de gestão patrimonial de Singapura, o presidente da MAS explicou que o Common Reporting Standard se aplica a informações de contas financeiras e não a imóveis.[5] Para os residentes fiscais chineses, a consequência prática é clara. Os ativos mantidos por meio de uma conta bancária ou de um trust em Singapura são informados às autoridades fiscais chinesas nos termos do Common Reporting Standard, que Singapura aplica em suas trocas de informações desde setembro de 2018, como descreve o Capítulo II da Parte E.[6] Uma estrutura fiscalmente neutra em Singapura pode, portanto, ser tributável na China.

Imóveis e opinião pública

O patrimônio chinês também fluiu para o mercado imobiliário de Singapura. O governo reagiu com impostos de selo mais altos para compradores estrangeiros, que culminaram num Additional Buyer's Stamp Duty de 60 por cento para estrangeiros que comprem qualquer imóvel residencial a partir de 27 de abril de 2023.[7] Os compradores chineses que se tornaram residentes permanentes ou cidadãos foram menos afetados pela medida. A sensibilidade política da migração de patrimônio e seu efeito sobre a habitação são examinados no Capítulo V desta parte.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Wikipedia, "Zhang Yong (restaurateur)" (acesso em novembro de 2026): fundador do Haidilao; em 2018, ele e sua família "emigrated to Singapore", e mais tarde ele se naturalizou; estimativa da Forbes de US$ 15,8 bilhões em julho de 2021; as fontes divergem quanto à sua posição entre as pessoas mais ricas de Singapura. ↩
2. Monetary Authority of Singapore, "Written reply to Parliamentary Question on licensing of SFOs under the SFA", 5 de fevereiro de 2025, resposta de Gan Kim Yong, vice-primeiro-ministro, ministro do Comércio e da Indústria e presidente da MAS (mas.gov.sg): "400 as at end 2020", "over 2,000 as at end 2024". ↩
3. Monetary Authority of Singapore, "Written reply to Parliamentary Question on single family offices from emerging markets", 16 de outubro de 2024, resposta de Gan Kim Yong (mas.gov.sg): muitos SFOs contemplados com incentivos fiscais vêm de mercados emergentes, e "their proportion among all SFOs awarded tax incentives has been relatively stable over the last few years"; sem discriminação por país. ↩
4. Wikipedia, "Taxation in China" (acesso em novembro de 2026): esforços para cobrar impostos sobre os rendimentos no exterior de residentes ricos desde 2024, estendidos aos cidadãos comuns em 2025, abrangendo retornos de investimentos, dividendos e opções de ações de empregados, com ganhos de investimento tributados a até 20 por cento; arrecadação do imposto de renda das pessoas físicas 11,5 por cento maior, no recorde de ¥ 1,62 trilhão, em 2025; em 2026, esforços ampliados para tributar trusts offshore que detêm ações de algumas empresas listadas em Hong Kong; "In October 2026, China made effective a new tax on offshore trusts." O artigo baseia-se na Bloomberg News (5 de junho de 2025, 31 de março de 2026 e 29 de maio de 2026) e em *The Economist* (12 de outubro de 2026). ↩
5. Monetary Authority of Singapore, "Written reply to Parliamentary Questions on impact of China's offshore trust taxation on Singapore's wealth

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

management sector", sessão parlamentar de 8 de setembro de 2026, resposta de Gan Kim Yong. ↩

6. IRAS, "CRS Overview and Latest Developments" (iras.gov.sg, acesso em novembro de 2026): "Singapore has been exchanging financial account information with partner jurisdictions under the CRS since September 2018." ↩

7. IRAS, "Additional Buyer's Stamp Duty (ABSD)" (iras.gov.sg, acesso em novembro de 2026): alíquota para estrangeiros que comprem qualquer imóvel residencial de 60 por cento a partir de 27 de abril de 2023, contra 30 por cento de 16 de dezembro de 2021 a 26 de abril de 2023. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.